

A república da Estrutural

Carlos Pontes

Quando o governador Joaquim Roriz era rapaz, costumava vir de Luziânia para as fazendas de sua família na região onde hoje se situa Brasília. Seu sogro era o dono dessas terras. E como era um mudancista convicto, torcendo para que a capital da República saísse do Rio de Janeiro e se transferisse para o Planalto Central, diz o historiador Jarbas Marques que ele forçou a barra, praticamente cedendo suas terras para o estado de Goiás a fim de que fossem cedidas para a União instalar a nova capital. E recebeu de Goiás, como pagamento, um cheque sem fundos. Isso para evitar que fosse vitoriosa a tese dos parlamentares mineiros que desejavam instalar a capital na região do Triângulo Mineiro.

Pois bem, aquele jovem filho de fazendeiro vinha trazer comida para os vaqueiros, o farnel, como se dizia antigamente, enrolado em um pano, como se fosse a "quentinha" de hoje. E aproveitava para tomar banho nas águas cristalinas do córrego Vicente Pires. Hoje, habitando a residência oficial da chácara de Águas Claras, a poucos metros do córrego Vicente Pires, o governador sabe que não pode tomar banho, nem pescar uns pias ou bagres, talvez nem sequer se aproximar do córrego, poluído que foi em suas nascentes pela invasão da Estrutural.

Enquanto os ingleses e outros povos procuram corrigir os erros cometidos ao longo da civilização despoluindo o Tâmesa e outros rios, tornando-os potáveis ou com um grau de potabilidade que permita a criação de peixes, nós, por meio da Câmara Legislativa, caminhamos na contramão da história. Teimamos em regularizar a invasão da Estrutural, mesmo sabendo que ela se situa junto a um poliduto da Petrobrás e às margens do Parque Nacional, reserva que deve ser preservada a qualquer custo se quisermos ter um saneamento digno para nossos filhos.

A Estrutural começou em 1990 com apenas cerca de 20

barracos do lixão. No primeiro governo Roriz, ela se ampliou sem fiscalização. Ali tudo começou errado e os poderes públicos se omitiram ao longo de todos esses anos. O lixão não poderia ser ali e dali deveria ser deslocado para uma área menos comprometida. No governo Cristovam, a Estrutural se ampliou e não houve firmeza suficiente para a sua remoção. Ali se instalou o império da desordem, a ponto de uma líder comunitária, que montou uma loja de materiais de construção para vender aos invasores, anunciar que ali o governador Cristovam não entraria. O desafio foi um sinalizador do mito que se criou de que a

Estrutural é inexpugnável. É claro que não cabia a Cristovam duelar e se defrontar com a tal líder, mas cabia executar uma política séria de convencimento da população ali residente, promovendo sua remoção.

E o desafio foi crescendo. Hoje, basta conversar com os delegados do Cruzeiro, da Asa Sul e do Guará para constatar que a maioria dos crimes verificados em suas áreas, principalmente SIA, STRC, SAAN, Octogonal, Sudoeste, Cruzeiro e Guará, é cometida por moradores da Estrutural. São cerca de 20 mil moradores, o que pode garantir reeleição tranqüila para o deputado José Edmar, o paladino das confusões fundiárias e pretensão defensor dos pobres. Mas o governador Roriz, se fizer uma pesquisa de opinião pública, não embarcará nessa canoa furada do deputado José Edmar e verá que a maioria esmagadora da população de Brasília, os cidadãos esclarecidos, que realmente amam esta cidade, apóiam a transferência daquela invasão para um assentamento, como foi feito com dezenas de outros núcleos habitacionais.

A própria deputada federal Maria Abadia, agora pré-candidata a vice-governadora, poderia ser incumbida por Roriz dessa missão, já que ela se projetou na vida pública graças a seu trabalho como assistente social na remoção das invasões do Morro do Urubu, favela dez vezes maior do que a Estrutural, para a Ceilândia. Ela sabe que tem que haver um trabalho de convencimento, de conscientização prévia da população e que a mudança tem que ser assistida, fornecendo refeição para o dia da mudança, assistência médica, carpinteiros, pedreiros, folhas de madeirite e até complementos de madeiras, pois há barracos que, ao ser demolidos, não agüentam mais ser reconstruídos. O povo dali merece respeito e ajuda.

Mas não se justifica ocupar uma área ambiental que deve ser preservada para o restante da população de Brasília. A receita é essa. A lei aprovada na Câmara Legislativa regularizando a Estrutural é boa para José Edmar, mas ruim para o governador e para Brasília. Ela lhe tira mais votos do que acrescenta. E, já que o político Roriz sabe ser um campeão de votos, é hora de vetar essa aberração que a Câmara Legislativa tenta nos enfiar goela abaixo para descaracterizar o Plano Piloto de Brasília. Já não basta a Vila Planalto, que vai se tornar fonte de especulação imobiliária no quintal do Palácio do Planalto? E a Vila Telebrasil, outra intervenção perversa que fere o projeto original de Brasília?

Pergunte-se, governador Roriz: é isso que Juscelino, Lúcio Costa, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão, os pais de Brasília, desejariam para a nossa cidade? Aos brasilienses cabe apelar para o bom senso e a lucidez do nosso governador, que entrará para a história como o político que deixou Brasília sem favelas. Para completar a obra, falta remover a Estrutural e a Telebrasil. E os brasilienses devem tratar também de mudar a nossa Câmara Legislativa, não renovando o mandato de quem não ama verdadeiramente Brasília e quer transformar uma invasão num curral eleitoral, uma espécie de República da Estrutural.

É ISSO QUE
JUSCELINO, LÚCIO
COSTA, ISRAEL
PINHEIRO, OSCAR
NIEMEYER,
BERNARDO SAYÃO,
OS NOSSOS PAIS DE
BRASÍLIA,
DESEJARIAM PARA
A NOSSA CIDADE?